

economia

RS pode atrair mais de R\$ 50 bilhões em energia

Governo tem feito mapeamento das oportunidades apresentadas pelo setor

/ ENERGIA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

O setor de energia está na pauta do atual vice-governador gaúcho e pré-candidato a governador, Gabriel Souza (MDB). “A gente tem feito o mapeamento de oportunidades energéticas no Rio Grande do Sul, que já passam de R\$ 50 bilhões em potenciais investimentos, para apresentar em um roadshow através da Invest RS e das missões oficiais para que a gente possa atrair investidores em energia renovável”, comenta o dirigente.

Souza salienta que o Rio Grande do Sul possui cerca de 85% da sua matriz de energia elétrica composta por fontes renováveis, como a eólica e a solar. Ele cita também as oportunidades do Estado no campo do biometano (biogás purificado) e do hidrogênio verde.

O vice-governador defende ainda a realização de uma transição energética justa no Rio Grande do Sul, para que seja feita a migração do uso de combustíveis fósseis, como é o caso do carvão mineral, para energias limpas e renováveis. “Mas, sem que isso signifique desemprego, instabilidade e insegurança energética”, diz o vice-governador.

Ontem, Souza participou do evento “Encontro com Pré-Candidatos ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul” promovido pelo Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul



Vice-governador Gabriel Souza ressalta potencial em fontes renováveis

(Sindienergia-RS). Também na reunião estava o pré-candidato a vice-governador Ernani Polo (PSD), que apontou o setor de energia como uma das prioridades da plataforma dos dois políticos.

“E tornar o Estado cada vez mais sustentável em produção de energia e biocombustíveis”, destaca Polo. Ele reforça que se trata de um segmento importante para a geração de emprego e renda. Sobre a eventual criação de um Fundopem (ferramenta de incentivo fiscal) específico para a área de energia, o pré-candidato diz que está sendo estudada a possibilidade, se há esse espaço, antes da reforma tributária entrar efetivamente em vigor.

Já o vice-governador comentou ainda sobre o projeto de uma nova planta industrial da CMPC em Barra do Ribeiro que, além da produção de celulose, prevê uma geração própria de energia elétrica excedente e com possibilidade

de ser encaminhada para a rede na ordem de 150 MW (cerca de 1,5% da capacidade instalada de geração elétrica atualmente no Rio Grande do Sul). Souza lamenta o comportamento do Ministério Público Federal (MPF), que vem questionando o licenciamento do empreendimento orçado, no total, em cerca de R\$ 27 bilhões.

Ele enfatiza que todas as regras ambientais e de compensação dos povos originários estão sendo atendidas. O vice-governador recorda que o projeto da CMPC foi disputado pelo Estado, que concorreu com outros locais no continente e no Brasil para sediar o complexo. “Não podemos e não iremos perder esse investimento. Todas as forças que o governo tiver que mobilizar para que esse investimento fique no Rio Grande do Sul nós faremos e temos convicção que, ao fim e ao cabo, vamos viabilizar a licença ambiental”, afirma Souza.

Entidade defende alta na capacidade de geração elétrica

Durante a realização dos eventos “Encontro com Pré-Candidatos ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul”, que o Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS) promoverá antes das eleições, a entidade divulgará aos convidados o seu projeto RS + 5.

A presidente da instituição, Daniela Cardeal, explica que o programa propõe a meta de aumentar em 5 GW (ou 5 mil MW) a potência instalada de geração de energia elétrica no Esta-

do, que hoje está em cerca de 10 GW (10 mil MW), segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Daniela comenta que a ideia da iniciativa é que o Rio Grande do Sul, entre outros objetivos, consiga sua autossuficiência energética, ou seja, produza mais do que consome em energia, o que possibilitaria ao Estado enviar energia para outras regiões do País em vez de “importar”.

O programa, explica a dirigente, tratará também de temas como um possível mecanismo

de apoio fiscal a empreendimentos energéticos (uma espécie de Fundopem, mecanismo já existente, mas mais focado na energia), estabelecimento de um fundo constitucional para a região Sul do País e atração de novas indústrias.

Quanto a esse último ponto, a presidente do Sindienergia-RS sustenta que o primeiro passo é desenvolver um hub de distribuição de equipamentos ligados à área de energia. “Para, no final, termos um cluster de descarbonização”, assinala Daniela.

FABIOLA CORREA/JC

Os reflexos do endividamento

O governo federal lançou o Novo Desenrola Brasil. O programa permite renegociar dívidas bancárias, de cartão de crédito e cheque especial com descontos de até 90% e parcelamento em até 4 anos, com juros máximos de 1,99% ao mês. O programa possui duração limitada e inclui linhas específicas para famílias, estudantes com pendências no FIES e empresas. A segunda edição do Desenrola busca amenizar a situação de alto endividamento que abrange uma parcela significativa da população brasileira.



Felipe Kirchner: “O Brasil vive uma pandemia de endividamento excessivo”

Conforme o Defensor Público do Estado do Rio Grande do Sul, Felipe Kirchner, o Brasil vive uma pandemia de endividamento excessivo, que é o chamado superendividamento. “É uma situação calamitosa que assola o país inteiro, mas não assola todos da mesma maneira. Temos determinados públicos que chamamos de consumidores hipervulneráveis, que são mais cativos e sujeitos ao endividamento excessivo, como a população idosa”.

Kirchner disse que o atual cenário influi negativamente nos mais diversos segmentos da economia, como o de seguros. “O seguro é exatamente a situação que a pessoa vai se precaver para eventos futuros que podem levar ao endividamento. Podemos colocar como exemplo a situação de um incêndio na residência. Se não tiver um seguro, perderá o patrimônio e dificilmente conseguirá repor o mesmo”, concluiu.

A ferramenta da CNseg de prevenção a desastres climáticos

Entre 2023 e 2024, o Brasil registrou mais de R\$ 180 bilhões em prejuízos econômicos causados por eventos climáticos extremos, sendo que desse total, apenas 9% estavam segurados. O dado foi apresentado pelo superintendente de Negócios da CNseg, Marcos Roberto Garcia Barretos, durante apresentação na 27ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, realizada no dia 18 de maio.



Marcos Roberto Garcia Barretos

No painel “Redução de riscos de desastres nos municípios: planos de contingência e tecnologias aplicadas”, Marcos apresentou a ferramenta da CNseg voltada à identificação e compreensão de eventos climáticos extremos.

Lançada oficialmente durante a COP30, a solução cruza dados históricos de desastres com modelos hidrológicos avançados de escoamento e imagens de satélite de alta resolução. A partir do processamento automatizado dessas variáveis geográficas complexas, o sistema gera, de forma instantânea, um score de risco preciso para qualquer CEP consultado.

Nesta primeira fase, a ferramenta está restrita a informações sobre inundações e alagamentos. Até março de 2027, porém, deverá incorporar progressivamente outros oito riscos climáticos: deslizamentos, raios, vendavais, granizo, seca, geada, estiagem e incêndios florestais.

Disponível para toda a sociedade, a solução de Riscos Climáticos pode ser acessada em <https://cnseg.org.br/conteudos/risco-climatico>